

Eis o pacote

Veja o que o "Leão" vai levar do seu salário com a mudança no IR

TELEFOTO EBN



Galvães presidiu o Conselho da aprovação do pacote

Inflação cai, diz Delfim

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem que a inflação vai cair, mas não aquilo que o Governo gostaria, porque "a política salarial não está ajustada à redução da demanda" que ocorrerá em decorrência do pacote. Ele previu também uma queda nas taxas de juros, mas afirmou não ter a menor idéia de quanto será essa redução.

Delfim fez estas previsões ao chegar para a reunião do Conselho Monetário Na-

cional (CMN) que aprovou o novo pacote econômico. Informou que as medidas para o corte nas despesas das estatais devem estar prontas somente na próxima segunda-feira.

Para o ministro do Planejamento, o novo pacote nada tem a ver com a imagem externa do País. "A credibilidade do Brasil no exterior não está ligada a nenhum pacote. Temos que continuar trabalhando e fazer as coisas que parecem corretas. Isto é

que é importante", declarou.

O ministro refutou as críticas dos empresários quanto à validade do pacote, que acham as medidas insuficientes para resolver a grave crise econômica. "Vamos esperar para ver se é inócuo mesmo" – afirmou. Quanto ao pedido da classe empresarial para fazer a desindexação total da economia, Delfim Netto indagou: "O que eles estão recomendando é desindexar os salários dos preços?", para em seguida responder: "É uma proposta".

No fim da expectativa, os comentários

ÁTILA

Medidas são contra inflação

O secretário de Imprensa, Carlos Átila, afirmou que as recentes medidas econômicas adotadas pelo Governo representam "um conjunto que incide sobre a área financeira e o setor creditício visando reduzir a taxa de inflação e tirar fatores que pressionam a taxa inflacionária para o alto".

Outro objetivo é possibilitar ao Governo, na medida em que a inflação atinja patamares mais baixos, tentar restabelecer uma política de crescimento, de desenvolvimento econômico e de ampliação do nível de empregos. Sobre os aumentos nos preços dos derivados do petróleo, observou que "os derivados estavam sendo vendidos a um preço ainda artificial".

IGREJA

O povo tem uma santa paciência

Campinas – "Nunca na história do País se conspirou tanto contra a segurança nacional como agora. A segurança da Nação é o povo. E, hoje, quando se apela para o sofrimento de todos é um apelo em si injusto.

Porque, se todos nós, pôvoa brasileiro, temos de dar solidariedade, é indubiatível que o peso-pesado tem sempre arcado em cima das populações trabalhadoras, do campo e da cidade. Tenha santa paciência. Esse povo já não tem mais o que apertar". A declaração é do novo presidente da Comissão Episcopal Regional Sul-I da CNBB, Dom Angelico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo, eleito ontem no último dia da Assembleia Geral dos Bispos Paulistas, em Itaici.

NOBRE

Afinal, milagre vai à sepultura

"Com esse pacote assistimos, finalmente, ao enterramento do chamado 'milagre brasileiro' – disse ontem, da tribuna da Câmara, o Líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, num pronunciamento em que analisou a situação econômica do País e pretendeu mostrar que os próprios dirigentes são descrentes das medidas que agora são postas em prática, para reduzir o déficit público e conter a inflação.

MARCHEZAN

O Governo é coerente

Os governos são julgados pelas medidas que adotam para resolver seus problemas, disse ontem o líder do PDS, deputado Nelson Marchezan, ao responder no plenário da Câmara, às críticas feitas pelo líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, ao conjunto de medidas na área econômico-financeira adotadas pelo Conselho Monetário Nacional. Para Marchezan, as oposições não deveriam se limitar a maliciar as dificuldades, mas levar uma contribuição que permita a to-

PAULINELLI

A agricultura no impasse

O ex-ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, criticou ontem em Belo Horizonte as medidas econômicas que atingiram a agricultura brasileira, afirmando que o setor agora só tem duas opções: "Ou repassa seus custos a sociedade, no preço do produto que está vendendo agora na safra, ou se descapitaliza ainda mais".

EMPRESÁRIO

Governo nada irá corrigir

"O Governo perdeu uma grande oportunidade de impor correções estruturais à economia brasileira e, sob este aspecto, o pacote é extremamente frustrador" – afirmou ontem o empresário José Papa Júnior, presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, após tomar conhecimento das decisões do Conselho Monetário Nacional.

STÁBILE

Garantias ao crédito rural

O ministro da Agricultura, Amaury Stábile, e o presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Francisco Vilela, asseguraram ontem que a elevação dos encargos do crédito rural será considerada na elaboração dos preços mínimos da próxima safra, durante a reunião de julho do Conselho Monetário Nacional (CMN).

PENNA

O problema é a desindexação

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, negou-se a afirmar que o pacote econômico como foi anunciado ontem atingirá o objetivo de reduzir a inflação. Ele disse que as medidas do pacote têm o valor em si. Contudo, ressaltou, será preciso o complemento da desindexação universal, gradual e progressiva da economia.

O ministro disse estar satisfeito com a unanimidade entre os empresários quanto à necessidade da desindexação, porque a medida, sugerida por ele há dois anos, finalmente ganhou o consenso da classe empresarial e do Governo. A desindexação só foi adotada, segundo o ministro, porque será melhor estudada de agora em diante por uma comissão especial.

BULHÕES

Irritação com o não-expurgo

"Se não adotarem o expurgo, teremos uma inflação de 200 por cento". A previsão foi feita pelo professor Otávio Gouveia de Bulhões, ao sair, irritado, da reunião do Conselho Monetário Nacional que aprovou o pacote. Disse mais: "sem o expurgo o pacote é um desastre".

Para o mais idoso e antigo membro do Conselho, o expurgo, ou seja, a não computação dos aumentos de preços da gasolina, pão, massas, biscoitos e açúcar, bem como os reflexos decorrentes da redução dos subsídios ao crédito rural, exportações e pequenas e médias empresas no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e na correção monetária, precisa ser feito "imediatamente".

As consequências das medidas

também faz parte do acordo com o FMI".

Sobre a elevação das taxas de juros para os financiamentos ao setor rural, Décio disse que de fato os agricultores vão passar a pagar uma taxa de 85 por cento depois de pagarem na última safra juros de 45 por cento. Isso porque a correção de 45 por cento para 60 por cento foi determinada ao final do ano passado e não chegou a ser utilizada na safra agrícola nem de 1982 e nem este ano. Foi, então, um brusco aumento de 45 por cento para 85 por cento, "uma medida no mínimo corajosa, que poderá inviabilizar a agricultura nacional".

Além disso, ele detecta nessa medida uma intenção do Banco Central de esvaziar cada vez mais o Banco do Brasil: "O Banco Central quer o crédito rural cada vez mais nas mãos do sistema financeiro privado, com juros de mercado".

Todo o absurdo dessa retirada de parte dos subsídios ao crédito rural, para Munhoz, é mais evidenciado quando se compara com as taxas de juros em 60 por cento para as empresas exportadoras, "uma taxa ainda privilegiada. É uma contradição essa discriminação à agricultura, que produz para o mercado interno e para a exportação, enquanto as empresas exportadoras já contam com vantagens como incentivos fiscais, o crédito-prêmio do IPI".

IMPACTO INFLACIONÁRIO

A redução gradativa do subsídio aos créditos para as micro, pequenas e médias empresas, na sua opinião, provocará um forte impacto inflacionário de custos. Enquanto a redução das alíquotas do IOF para operações de crédito e a eliminação dos limites quantitativos nas operações de crédito dos bancos comerciais e de investimento ao setor privado "visam" aparentemente reduzir as "visas". Mas, segundo ele, "só aparentemente, porque o que está determinado a

taxas de juros é a elevada remuneração dos papéis do Governo no mercado, que fazem uma competição desleal e elevam os juros".

Ainda com relação ao crédito rural, com a criação de um novo programa, o Proinvest, para o setor, na verdade Munhoz considera que esse novo mecanismo de financiamento só servirá para aumentar o nível de endividamento do agricultor. "Juros altos provocam incerteza no agricultor na hora de plantar, com isso vai haver uma redução dos investimentos na agricultura. Esse pessoal do Governo não planta e não sabe nada, isso não passa de decisão de gabinete", desabafou.

Sobre a criação de um imposto de 4 por cento sobre os lucros no open market (mercado aberto) e de uma alíquota de 10 por cento sobre todos os outros rendimentos de capital, o professor considerou "insignificante, apenas medidas que aumentam a carga fiscal, sem resolver o problema do déficit orçamentário. Uma migalha apenas".

Então, concluiu, Décio Munhoz declarou que haverá uma elevação geral dos custos financeiros, ou seja, juros, e da carga tributária, que certamente provocará uma elevação da taxa de inflação. Tudo para resolver o problema da caixa do Governo, que faz parte do acordo do Brasil com o Fundo.

"Quando aumentam os impostos os juros, jogam o problema para a frente, passam para os preços e a inflação se eleva, e quem paga a conta é o assalariado, que no fim não terá uma correção real dos salários. Até a elevação do limite de isenção do Imposto de Renda não é benefício para o trabalhador, já que essa elevação foi de 40 por cento e a inflação no primeiro semestre ficará entre 55 por cento e 60 por cento. O assalariado quer reajuste e o Governo ainda fará uma desindexação, que significará a perda total do poder aquisitivo do trabalhador".

A partir de 19 de junho próximo, as pessoas com salários de até Cr\$ 144 mil ficarão isentas do pagamento do Imposto de Renda na Fonte. Já as pessoas com salários entre Cr\$ 1.693.000,00 e Cr\$ 2.552.000 passarão a ter uma incidência de 40 por cento de Imposto de Renda sobre os seus vencimentos, enquanto uma nova alíquota de 45 por cento incidirá sobre os rendimentos superiores a Cr\$ 2.552.000.

Esta é uma das principais medidas aprovadas ontem, pelo Conselho Monetário Nacional, visando ajustar a economia brasileira às novas necessidades decorrentes da crise de liquidez internacional, da alta inflação interna e do elevado nível de taxas de juros.

Após a reunião do Conselho, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, fez um resumo das medidas aprovadas.

Após a reunião do Conselho, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, fez um resumo das medidas aprovadas.

– A idéia – observou Galvães – é que na medida em que o déficit público diminua, a necessidade de financiamento da dívida pública também diminua. Na medida em que nos estamos financiando o déficit do Setor Público, das estatais, dos derivados de petróleo, o trigo e açúcar, mais o crédito agrícola, ocorre uma pressão inflacionária, porque o Governo é obrigado a emitir papel-moeda. Esse impacto de financiamento do déficit é muito maior do que as consequências imediatas das medidas de retomada dos subsídios, que aparecem na prática com aumento dos derivados de petróleo.

– A idéia – observou Galvães – é que na medida em que o déficit público diminua, a necessidade de financiamento da dívida pública também diminua. Na medida em que nos estamos financiando o déficit do Setor Público, das estatais, dos derivados de petróleo, o trigo e açúcar, mais o crédito agrícola, ocorre uma pressão inflacionária, porque o Governo é obrigado a emitir papel-moeda. Esse impacto de financiamento do déficit é muito maior do que as consequências imediatas das medidas de retomada dos subsídios, que aparecem na prática com aumento dos derivados de petróleo.

As medidas aprovadas pelo Conselho Monetário foram as seguintes:

das, 85 por cento em 1983, e 100 por cento a partir do ano seguinte.

– O Conselho decidiu também reduzir as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre operações de crédito em geral, com exceção, apenas, do crédito ao consumidor. A alíquota básica de 4,6 por cento, atualmente em vigor, foi reduzida para 1,5 por cento. No caso específico das operações de crédito imobiliário, cuja alíquota não acompanhava a recente redução de 6,9 por cento promovida pela Resolução número 787, o Conselho optou por sua redução para 1,8 por cento.

– Os limites quantitativos aplicados à expansão das operações de crédito de bancos comerciais e de bancos de investimento ao setor privado foram eliminados.

– Instituído do Programa de Investimentos Agrícolas (Proinvest), com o objetivo de promover o aumento da produção e da produtividade agrícola. Com esse programa, serão financiados, prioritariamente, a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, o desmatamento para incorporação de novas áreas ao processo produtivo e adubação intensiva e a correção do solo. Os recursos destinados ao programa atingem a Cr\$ 150 bilhões, dos quais Cr\$ 50 bilhões originários do Banco Mundial e os restantes Cr\$ 100 bilhões aportados pelo Funagri.

– O Conselho Monetário decidiu aumentar os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, incidentes sobre depósitos à vista, para os seguintes percentuais: grandes bancos, 50 por cento (taxa atual: 45 por cento); médios bancos, 45 por cento (taxa atual, 40 por cento, fixando portanto na mesma faixa). Nos bancos de investimentos, o percentual dos depósitos compulsórios, incidente sobre os depósitos a prazo, será elevado de 5 para 10 por cento.

As medidas do Conselho Monetário adoptadas em favor do Nordeste são estas:

– Não serão alteradas as taxas de juros do crédito rural nas regiões atingidas pela seca, enquanto perdurar o fenômeno.

– O Governo ressarcirá até 50 por cento dos investimentos realizados por produtores rurais, em projetos de irrigação na região semi-árida do Nordeste aprovados pelos órgãos oficiais competentes, desde que comprovada a conclusão do empreendimento, os seus custos e o cumprimento das recomendações técnicas.

Na área tributária foram adotadas as seguintes medidas:

– 1 A partir de 19 de julho deste ano, as operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas no "open market" (mercado aberto) serão taxadas com uma alíquota de 4 por cento referente ao Imposto de Renda.

– 2 As instituições financeiras que obrigatoriamente encerram seu balanço em 31 de dezembro, a partir de 19 de julho de 1982 devem efetuar recolhimentos mensais, a título de antecipação do Imposto de Renda devido na declaração de rendimentos de 1984.

– 3 As perdas das empresas decorrentes da maximalização como despesa operacional do exercício ou registradas como custo dos bens de ativo imobilizado, ou ainda diferidas para posterior amortização.

– 4 A fim de atender a despesas com adversidades climáticas (secas no Norte e Nordeste e encheres no Sul do País), que não podem ser supridas com os atuais recursos do Tesouro, será instituído, até o final do ano, um adicional de 10 por cento sobre o valor da retenção, para permitir ao Tesouro Nacional dispor com maior rapidez dos valores arrecadados.

– 5 Os prazos de recolhimento, pelos estabelecidos à isenção do Imposto de Renda na fonte. No caso dos assalariados, o limite foi elevado de Cr\$ 110 mil para Cr\$ 144 mil; para os autônomos, o limite de isenção foi aumentado de Cr\$ 37 mil para Cr\$ 48 mil.

– 6 Cimentos bancários integrantes do sistema de arrecadação de receitas federais e pelas fontes pagadoras de rendimentos sujeitos à retenção na fonte, serão reformulados a partir de julho de 1983. A alteração introduzida visa a permitir ao Tesouro Nacional dispor com maior rapidez dos valores arrecadados.

– 7 Duas novas classes de desconto na fonte

O secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, anunciou ontem a inclusão de mais duas classes de rendimentos na tabela progressiva de desconto do Imposto de Renda na fonte, com alíquotas de 40 e 45 por cento, que vai atingir salários desde Cr\$ 1 milhão 693 mil acima de Cr\$ 2 milhões 552 mil. Até agora, a alíquota máxima era de 35 por cento, para salários superiores a Cr\$ 864 mil.

Dornelles anunciou também a correção de 30 por cento na tabela do IR na fonte sobre os rendimentos do trabalho, a partir de 19 de julho. Desde a sua última correção, em setembro de 82, até maio último, a inflação foi de 80 por cento, não estando incluída neste percentual a taxa de junho. O secretário da Receita Federal, no entanto, admitiu que em setembro ou outubro poderá haver uma nova correção, "dependendo da taxa de inflação".

Ele admitiu também que a correção na tabela poderá inclusive passar a semestral e sugeriu que a antecipação do reajuste da redução do IR na fonte para 19 de julho pode ser

A TABELA DO IMPOSTO

Classe de renda	Rendimento bruto mensal (Cr\$)	Aliquota

<tbl_r cells="3" ix="2" maxcspan="1"